

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIO ECONÔMICO  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ISABELA LOPES GONÇALVES**

**Apuração do PIS e da COFINS pelas modalidades do lucro  
presumido e lucro real.**

**Florianópolis, 2005**

**ISABELA LOPES GONÇALVES**

**Apuração do PIS e da COFINS pelas modalidades do lucro presumido e lucro real.**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:  
Prof. Dr. Loreci João Borges.

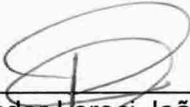
**Florianópolis, 2005**

## ISABELA LOPES GONÇALVES

### Apuração do PIS e da COFINS pelas modalidades do lucro presumido e lucro real.

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de 8,5, atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.


Compuseram a banca:



---

Prof. Orientador Loreci João Borges.  
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC


Nota atribuída 8,99



---

Prof. Luiz Felipe Ferreira.  
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída 8,23



---

Prof. Joel Gregório Perozo Vasquez.  
Departamento de Ciências Contábeis – UFSC

Nota atribuída 10,0

Florianópolis, 14 de março de 2005.



---

Prof. Luiz Felipe Ferreira  
Coordenador de Monografia - UFSC

*Dedico este trabalho aos meus pais, Liberto e Rosimeire, e minhas irmãs, Renata e Bruna, que souberam encaminhar minha vida e por se fazerem presentes em todos momentos, pois sem eles nada faz sentido, a Fábio, meu noivo, com quero viver o resto de minha vida, pelo companheirismo, paciência e dedicação nos momentos em que pareciam que não iria conseguir, a família do meu noivo, pela maneira carinhosa que me acolheram, e aos verdadeiros amigos pela lealdade e confiança.*



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Professor Dr. Loreci João Borges, pela sabedoria e orientação despendidas, e principalmente por sua amizade.

Ao Coordenador do curso e a todos os professores, por abrirem caminhos, no período acadêmico, para o meu crescimento pessoal e profissional.

Aos meus colegas de curso, pelo companheirismo nesta jornada rumo ao conhecimento.

Ao Joel Perozo pela atenção especial na revisão do texto e pela colaboração na formatação do texto.

Ao Gustavo Costa Silveira, amigo e companheiro de trabalho pela compreensão e contribuição para realização deste trabalho.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, e a todos aqueles que venham ler o presente estudo.

Finalmente, quero agradecer a Deus, pelo dom maior da vida, e pela família maravilhosa que possuo.

*“Tentar e falhar é, pelo menos, aprender. Não chegar a tentar é sofrer a inestimável perda do que poderia ter sido.”*

*Geraldo Eustáquio*

## RESUMO

GONÇALVES, Isabela Lopes. **Apuração do PIS e da COFINS pelas modalidades do lucro presumido e lucro real**, 2005, 69 páginas. Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Uma grande dificuldade que as empresas vêm enfrentando, é conseguir implantar um planejamento tributário eficaz de modo que facilite a tomada de decisões, pois através de um bom planejamento tributário poderá a empresa reduzir a carga tributária, que representa um dos custos mais significativos nas finanças das empresas, visando alcançar maior competitividade no seu setor econômico, diante disso, o objetivo do presente estudo consiste em verificar qual a melhor modalidade de tributação, entre o lucro presumido e o lucro real, com relação à apuração do PIS e da COFINS, em uma empresa comercial. Assim sendo, são apresentados as considerações iniciais, a definição do tema e problema, os objetivos, a justificativa, a metodologia e a limitação da pesquisa. Para embasar a pesquisa, procura-se, na revisão bibliográfica, abordar aspectos gerais e específicos relacionados ao tema. Nessa seção apresentam-se tópicos como a Contabilidade Tributária, Tributo, Princípios Constitucionais Tributários, Planejamento Tributário, Elisão e Evasão fiscal, Modalidades de Tributação do PIS e da COFINS das empresas e a Demonstração da apuração das Contribuições (DAFON). Na terceira seção apresenta-se um exemplo prático da empresa objeto de estudo e seus dados, apurando-se o PIS e a COFINS, pelas modalidades do lucro presumido e do lucro real, em seguida é feita uma análise comparativa entre as duas modalidades de tributação propostas, e, ao final desta seção, propõe-se o planejamento tributário, tendo em vista sua importância quanto ao benefício alcançado com a redução para pagamento de tributos desnecessários. Na quarta seção, é feita a conclusão do presente estudo juntamente com as recomendações para futuras pesquisas.

**Palavras-chave:** Planejamento tributário. PIS. COFINS. lucro real. lucro presumido.

**LISTA DE GRÁFICOS**

Figura 1 - Comparativo PIS e COFINS (1o. A 3o. Trim 2004) por Modalidade Tributária .....60

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Receita Bruta Parcial 9 Meses de 2004 .....	50
Tabela 2 - Condições de Tributação do PIS e da COFINS .....	51
Tabela 3 - Lucro Presumido (PIS e COFINS) 1º Trimestre de 2004 .....	52
Tabela 4 - Lucro Presumido (PIS e COFINS) 2º Trimestre de 2004 .....	53
Tabela 5 - Lucro Presumido (PIS e COFINS) 3º Trimestre de 2004 .....	53
Tabela 6 - PIS e COFINS a recolher ref. aos três primeiros trim. de 2004.....	54
Tabela 7 - Lucro Real (PIS e COFINS) 1º Trimestre de 2004 .....	54
Tabela 8 - Lucro Real (PIS e COFINS) 2º Trimestre de 2004 .....	56
Tabela 9 - Lucro Real (PIS e COFINS) 3º Trimestre de 2004 .....	57
Tabela 10 - Lucro Real (PIS e COFINS) 3º Trimestre de 2004 .....	58
Tabela 11 - Comparação Lucro Real versus Lucro Presumido - PIS e COFINS.....	59
Tabela 12 - Comparação Lucro Real versus Lucro Presumido - PIS e COFINS.....	59

## **LISTA DE SIGLAS**

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CTN – Código Tributário Nacional

CF – Constituição da República Federativa do Brasil

DACON – Demonstração de Apuração das Contribuições

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IE – Imposto de Exportação

II – Imposto de Importação

IOF – Imposto sobre Operações Financeiras

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

IPTU – Imposto sobre a Propriedade Territorial e Urbana

IR – Imposto de Renda

IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

ISQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza

PIB – Produto Interno Bruto

PIS – Programa de Integração Social

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições

SRF – Secretaria da Receita Federal

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS .....</b>	<b>8</b>
<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>9</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>10</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1 Tema.....	12
1.2 Problema.....	13
1.3 Objetivos .....	15
1.4 Justificativa.....	16
1.5 Metodologia.....	17
1.6 Limitações.....	20
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>22</b>
2.1 Contabilidade Tributária .....	22
2.2 Tributo.....	23
2.3 Princípios Constitucionais Tributários .....	26
2.3.1 Princípio da Legalidade .....	26
2.3.2 Princípio da Anterioridade.....	27
2.3.3 Princípio da Irretroatividade .....	28
2.3.4 Princípio da Igualdade ou Isonomia Tributária.....	28
2.3.5 Princípio da Capacidade Contributiva.....	29
2.4 Planejamento Tributário .....	29
2.4.1 Conceito de Planejamento Tributário.....	29
2.4.2 Importância do Planejamento Tributário .....	30
2.4.3 Finalidade do Planejamento Tributário .....	31
2.5 Elisão e Evasão Fiscal .....	32
2.5.1 Elisão Fiscal.....	32
2.5.2 Evasão Fiscal.....	33
2.6 Modalidades de Tributação do PIS e da COFINS nas Empresas.....	33
2.6.1 Lucro Presumido.....	34
2.6.2 Lucro Real.....	37
2.7 DACON - Demonstração da Apuração das Contribuições.....	47
<b>3 Exemplo Prático .....</b>	<b>49</b>
3.1 Empresa em Estudo.....	49
3.2 Alíquota e prazo de pagamento .....	51
3.3 Cálculo do PIS e da COFINS pelo Lucro Presumido .....	52
3.4 Cálculo do PIS e da COFINS pelo Lucro Real.....	54
3.5 Lucro Presumido versus Lucro Real .....	58
3.6 Planejamento Tributário .....	61
<b>4 CONCLUSÕES.....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>67</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Nesta seção, apresenta-se o tema, o problema, os objetivos que definem esta pesquisa, a justificativa, a metodologia aplicada e as limitações deste trabalho monográfico.

## 1.1 Tema

Quando uma empresa é facultada por lei, a optar por uma entre as diversas alternativas de tributação, aquela, deve escolher a opção que seja mais vantajosa financeira e economicamente.

A idealização e a implantação de políticas de controle tributário, ou seja, enquadrar-se corretamente em uma determinada forma de tributação, com a finalidade de não onerar sobremaneira suas finanças, respeitadas as normas legais, nem sempre é uma tarefa fácil.

Existe ainda, a necessidade de as empresas fazerem um permanente monitoramento da legislação e suas constantes mudanças, na tentativa de identificar soluções que podem propiciar uma redução de custos tributários, visando alcançar maior competitividade no seu setor econômico.

Pesquisa realizada pelo SEBRAE (2004), mostra que o índice de mortalidade das empresas nos primeiros anos de vida é muito elevado, e aponta como principais causas desse fracasso à elevada carga tributária e a falta de capital de giro.

Dentre vários tributos arrecadados pelo governo federal, temos a COFINS e o PIS.



Os objetivos da COFINS são os de assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, enquanto que os objetivos do PIS são destinados à promoção da integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas e à formação do patrimônio do servidor público.

Diante do exposto, o tema a ser desenvolvido nesta monografia é o de verificar qual o impacto nas finanças de uma empresa comercial, com relação a apuração do PIS e da COFINS, na escolha entre as modalidades de tributação, lucro presumido ou lucro real.

## **1.2 Problema**

Segundo Grechi (2004), a legislação tributária brasileira é bastante complexa, porque a cada ano vêm sendo adicionada com novas leis, nem sempre redigidas de forma compreensível. Essas constantes alterações podem gerar confusão e insegurança naquelas. Além disso, a legislação se contradiz, com demasiada freqüência em muitos pontos, produzindo diversas alternativas e ocasionando dúvidas na sua interpretação e correta aplicação, o que abre brechas na lei e resulta em lacunas jurídicas das quais são passíveis de beneficiar àquelas empresas que se utilizam de serviços de planejamento e controle tributário.

A assessoria tributária realizada por profissionais contábeis competentes, facilita às empresas que utilizam tais serviços, o cumprimento das infundáveis exigências detalhistas da lei.

Conforme pesquisa realizada pelo SEBRAE (apud POLISSEMI, 2004, p. 42), a taxa de mortalidade das pequenas empresas é muito alta, como se podem comprovar nos seguintes dados: em até dois anos de existência, 49,9% das

empresas fecham suas portas, já para as empresas que estão no mercado em até quatro anos, esse percentual aumenta, chegando a 59,9%.

Esta pesquisa, de abrangência nacional, foi inédita, pois, além de levantar dados estatísticos sobre a mortalidade das empresas, aponta as principais causas do fracasso daquelas: entre os empresários na ativa, a alta carga tributária esteve presente em 29,1% das respostas, seguida da falta de capital de giro, que ficou com 18,7% das respostas; no caso das empresas extintas, a falta de capital de giro foi apontada por 24,1% dos entrevistados como principal fator do fracasso, impostos e tributos altos representam 16% das respostas.

Para Manzano (apud SEBRAE, 2004) este fato se dá em decorrência da falta de um bom gerenciamento dos negócios, não existindo, em muitos casos, a devida análise de dados suficientes para tomadas de decisão, envolvendo a gestão das empresas.

As empresas brasileiras, que utilizam planejamento tributário, após a divulgação anual pelo governo das regras de tributação do imposto de renda para o exercício fiscal seguinte, tentam conhecer, nas três principais modalidades de incidência: lucro presumido, lucro real e o SIMPLES, o quanto de carga tributária desses impostos irá pesar na lucratividade da empresa.

As contribuições de nível federal, PIS e COFINS, eram tributadas, até novembro de 2002 e janeiro de 2004, mediante a multiplicação de percentual sobre seu faturamento, percentual este que corresponde, respectivamente, 0,65% e 3%, sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas, excetuando-se as empresas optantes pelo SIMPLES que unifica a cobrança do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI e contribuições previdenciárias (parte do empregador), em uma única alíquota e documento.

As novas regras estabelecidas nas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03 aplicam-se somente às empresas tributadas pelo lucro real, como regra geral, as alíquotas do PIS e da COFINS passaram, respectivamente, para 1,65% e 7,6%, sendo que do valor apurado a pessoa jurídica poderá descontar créditos previstos na legislação. Com relação ao lucro presumido, a legislação referente ao PIS e a COFINS não sofreu alterações.

Com a introdução das referidas leis, que tratam respectivamente, da legislação do PIS e da COFINS, as empresas se viram obrigadas a reformular seus planejamentos tributários, principalmente, em relação à opção entre lucro real ou lucro presumido.

Assim, percebe-se a necessidade de analisar os impactos dessa mudança na legislação do PIS e da COFINS, no que se refere à não-cumulatividade nas finanças da empresa, e a relevância desse tipo de análise para as mesmas.

Diante do exposto, a problemática dessa pesquisa pode ser definida então da seguinte forma:

**Que impacto causa a escolha de modalidade de tributação, entre o lucro presumido e o lucro real, com relação à apuração do PIS e COFINS, em uma empresa comercial?**

### **1.3 Objetivos**

O objetivo geral desta pesquisa é verificar qual a melhor modalidade de tributação, entre o lucro presumido e o lucro real, com relação à apuração do PIS e da COFINS de acordo com as Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, em uma empresa comercial.

Para alcançar o objetivo geral deste trabalho monográfico, propõem-se os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar considerações relevantes para um eficiente planejamento tributário para as empresas brasileiras, com relação à apuração do PIS e da COFINS;
- Caracterizar as modalidades de tributação do PIS e da COFINS das empresas no Brasil, com base no lucro real e no lucro presumido;
- Analisar comparativamente a tributação da empresa, no que se refere ao PIS e a COFINS através das modalidades: lucro presumido e lucro real.

#### **1.4 Justificativa**

Segundo Grechi (2004), o sistema tributário brasileiro é um dos mais complexos do mundo, fundamentado em uma legislação imprecisa e em constante mudança, além de sua complexidade, também é um dos países com alta carga tributária.

Tais fatores podem aumentar o custo das empresas e podem acarretar grandes transtornos para o gerenciamento contábil e financeiro dos impostos e demais tributos. Nesse ambiente, cresce sensivelmente a responsabilidade de todos os gestores da empresa, em particular a dos profissionais da contabilidade, assim como os riscos implícitos do processo de gestão.

Qualquer que seja a modalidade de tributação escolhida pela empresa, a falta de planejamento tributário pode comprometer as finanças das empresas, e conseqüentemente, afetar os investimentos futuros, devido à insuficiência de caixa,

gerado pela necessidade de cobertura de gastos não previstos antecipadamente, inclusive arriscando a própria sobrevivência da empresa.

É importante observar que as novas leis introduzidas, objeto deste estudo, têm como público alvo às empresas tributadas pelo lucro real, entretanto, não se pode deixar de citar as demais empresas optantes pelo lucro presumido, uma vez que o efeito das mutações atinge todas as empresas enquadradas entre estas duas modalidades de tributação, através dos preços dos produtos e das relações comerciais existentes sobre elas.

Dada a relevância que as mudanças na arrecadação das contribuições do PIS e da COFINS podem trazer economia para as empresas, torna-se evidente a necessidade de estudar essas mudanças.

Na seqüência, será apresentada a tipologia desta pesquisa quanto aos seus objetivos, aos procedimentos e à abordagem do problema aplicados nesta monografia.

## **1.5 Metodologia**

Diversos autores classificam o conhecimento em: o empírico ou popular, filosófico, teológico e científico. (KOCHE, 1997; GIL, 1999; LAKATOS, 1990)

O conhecimento científico para Locke (apud CHAUI, 1999, p.08),

Visto que todo conhecimento situa o homem acima de outros seres sensíveis e dá-lhe toda vantagem e todo domínio que tem sobre eles, seu estudo consiste certamente num tópico que, por sua nobreza, é merecedor de nosso trabalho de investiga-lo. O entendimento, como o olho, que nos faz ver e perceber todas as coisas, não observa a si mesmo: requer arte e esforço situa-lo a distancia e faze-lo seu próprio objetivo.

Assim, pode-se afirmar que um conhecimento só passa a ser científico quando propõe analisar as origens de nossas idéias, e, por conseguinte, argumentar sobre suas causas. Uma das maneiras pela qual podemos confiar nosso conhecimento é através da pesquisa.

Segundo Cervo e Bervian (1983, p.50), “A pesquisa é uma atividade voltada para solução de problemas, através do emprego de procedimentos científicos”.

Através do exposto acima, conclui-se que a pesquisa é um caminho por onde buscamos argumentos palpáveis para podermos afirmar a veracidade dos fatos.

Köche (1997, pp.122-126), apresenta uma classificação dos tipos de pesquisa considerando “o procedimento geral que é utilizado para investigar o problema”, são, a saber:

- Pesquisa bibliográfica;
- Pesquisa experimental;
- Pesquisa descritiva não experimental; e,
- Pesquisa exploratória.

Gil (1999, p.43), afirma que a pesquisa exploratória é desenvolvida com o objetivo de “proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato”.

Andrade (2002, apud RAUPP e BEUREN, 2003, p.80), apresenta as finalidades principais desse tipo de pesquisa:

- Proporcionar maiores informações sobre o assunto que vai se investigar;
- Facilitar a delimitação do tema da pesquisa;
- Orientar a fixação de objetivos e a formulação de hipóteses; ou,
- Descobrir um novo tipo de enfoque sobre o assunto.

Assim, a definição desse tipo de pesquisa permite caracterizar este trabalho, quanto aos seus objetivos, como uma pesquisa exploratória.

Os procedimentos na pesquisa científica referem-se à maneira pelo qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados. Gil (1999, p.65), ressalta que “o

elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados”.

Dessa maneira, o procedimento aplicado no desenvolvimento desta pesquisa pode ser considerado, principalmente, como uma pesquisa bibliográfica.

Cervo e Bervian (1983, p.55), definem a pesquisa bibliográfica como a que

explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre determinado assunto, tema ou problema.

Gil (1999), expõem que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos. Apesar de praticamente todos os outros tipos de estudo exigirem trabalho dessa natureza, há pesquisas exclusivamente desenvolvidas por meio de fontes bibliográficas.

Segundo Lakatos e Markoni (1990, p.66), a pesquisa bibliográfica se constitui em “toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, gravações em fita magnética e audiodiovisuais: filmes e televisão”.

Por meio dessas bibliografias reúnem-se conhecimentos sobre a temática pesquisada. Com base nisso é que se pode elaborar o trabalho monográfico, seja ele em uma perspectiva histórica ou com intuito de reunir diversas publicações isoladas, as quais sejam: livros, artigos, leis, normas, regulamentos, entre outros, e atribuir-lhes uma nova leitura.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa pode ser: quantitativa, e/ou qualitativa. A principal diferença entre elas, apontada por Richardson (1999, apud RAUPP e BEUREN, 2003, p.92), “reside no fato de a abordagem qualitativa não

empregar um instrumento estatístico como base do processo de análise do problema”.

Já na pesquisa quantitativa, utilizam-se tais instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento de dados. Ao longo do desenvolvimento do trabalho pode se observar que não há rigidez nesta classificação, já que alguns dados precisam de tratamento numérico, enquanto outros são analisados através da reflexão da autora.

Em resumo, a tipologia desta pesquisa pode ser considerada como uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, que aborda aspectos qualitativos e quantitativos do assunto estudado.

## **1.6 Limitações**

Segundo Tognetti (apud BAE, 2004), desde 2002, quando foi criada a não-cumulatividade do PIS até hoje foram editados e publicados pelo menos 56 normas, entre leis, medidas provisórias, decretos, instruções normativas e atos declaratórios que tratam do tributo e também da COFINS. Cada norma nova recebe um remendo, e com isso criam-se situações que dão margem a dúvidas e textos confusos.

Tendo em vista a diversidade de informações sobre o tema a ser pesquisado e que a legislação tributária é bastante complexa, esta pesquisa limita-se apenas a duas contribuições de nível federal, quais sejam: PIS e a COFINS, no que se refere à escolha do melhor critério de modalidade de tributação: lucro presumido versus lucro real, referente aos três primeiros trimestres do exercício de 2004, levando em consideração as alterações nas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03 até 31 de agosto de 2004.



São excluídas deste estudo, as empresas optantes pelo SIMPLES, uma vez que autorizado pelo governo federal, unifica a cobrança do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI e contribuições previdenciárias (parte do empregador), em uma única alíquota e documento.

A pesquisa também se limita ao ramo comercial (revenda de mercadorias), não sendo contemplados os ramos de prestação de serviço ou industrial.

Neste estudo não são abordados aspectos jurídicos com relação à aplicação da não-cumulatividade na apuração do PIS e da COFINS das empresas optantes pelo lucro real. Assim, a discussão se limita tão somente aos aspectos contábeis.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Nesta seção, é apresentado o marco teórico que fundamenta conceitualmente a pesquisa desenvolvida. Discute-se na seqüência, tópicos tais como: Contabilidade Tributária, Tributo, Princípios Constitucionais Tributários, Planejamento Tributário, Elisão e Evasão fiscal, Modalidades de Tributação do PIS e COFINS das Empresas e o DACON.

### **2.1 Contabilidade Tributária**

A contabilidade tributária tem como campo de aplicação assuntos ligados a tributos. Fabretti (1999, p.25), define a contabilidade tributária como sendo

o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar na prática conceitos, princípios e normas básicas da contabilidade e da legislação tributária, de forma simultânea e adequada.

Diante o exposto, a contabilidade tributária tem como objetivo principal adequar as apurações dos tributos com os parâmetros fixados pela legislação tributária.

Contudo, pode-se verificar que é o ramo da contabilidade responsável pelo gerenciamento dos tributos incidentes nas diversas atividades de uma empresa, adaptando as obrigações tributárias, de forma a não expor a entidade às possíveis sanções fiscais e legais.

## 2.2 *Tributo*

Neste item, faz-se uma exposição da conceituação de tributo, das espécies de tributos determinadas no art. 5º do CTN, além de citarmos a contribuição social, espécie de tributo objeto da pesquisa.

O CTN, define tributo em seu art. 3º como sendo “toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Em análise ao artigo, Fabretti (1997, p.115), resume o conceito de tributo afirmando “que é sempre um pagamento compulsório em moeda, forma normal de extinção da obrigação tributária”.

Pode-se afirmar, portanto, que um tributo é uma prestação de forma compulsória, paga ao estado, para que ele possa executar as funções que lhe são pertinentes.

Com relação à natureza jurídica do tributo, o art. 4º do CTN define da seguinte forma:

A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-las:  
I – a denominação e demais características formais adotadas pela lei;  
II – a destinação legal do produto da sua arrecadação.

Isto é, o tributo origina-se com o fato gerador, ou seja, pelo fato que lhe dá origem, e não pela sua denominação ou destinação.

Conforme lista o artigo 5º do CTN, um tributo é um gênero composto de três espécies:

1. Imposto;
2. Taxas; e,
3. Contribuição de Melhoria.

A CF/88 enuncia quais são as categorias de tributos, através do art. 145, que compõem-se de impostos, taxas e contribuições de melhoria, dando a entender que seriam os únicos tributos, pelo fato de não enumerar os demais.

Mas, a CF/88, em seus artigos 148 e 149 contemplam, respectivamente, os empréstimos compulsórios e as contribuições sociais de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, além de seu art. 195, que na alínea 'd' define como sendo uma espécie de tributo as contribuições sociais sobre a receita ou o faturamento (PIS e COFINS).

Sendo assim, segundo Führer (2002, p.36), “dividem-se os tributos em quatro categorias: impostos, taxas, empréstimos compulsórios e contribuições, sendo estas últimas subdivididas em contribuição de melhoria e contribuições sociais”.

Na seqüência, apresentam-se as principais características de cada espécie de tributo que lista o artigo 5º do CTN:

### **1) Impostos**

Segundo o artigo 16 do CTN, imposto “é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”.

Fabretti (1999, p.116), define o imposto como “aquele que, uma vez instituído por lei, é devido, independentemente de qualquer atividade estatal em relação ao contribuinte”.

Como exemplo dos impostos no Brasil, pode-se citar: IR, ICMS, IPTU, IPI, IPVA, ISQN, entre outros.

## **2) Taxas**

Como dispõe o artigo 77 do CTN, taxa “é o tributo cobrado em razão de atos decorrentes do poder de polícia ou da utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição”.

Fabretti (1999, p.116), relata que “tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou utilização efetiva ou potencial de serviço público, específico e divisível, prestado ou colocado à disposição do contribuinte”.

Como exemplo das taxas, temos: Taxa de Alvará, Taxa para licença de Funcionamento, Taxa de Iluminação Pública, Taxa de Segurança, entre outros.

## **3) Contribuição de Melhoria**

O artigo 81 do CTN, dispõe que “é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total à despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado”.

O fato gerador da contribuição de melhoria é instantâneo, ocorrendo uma única vez, sendo assim, o pagamento é único.

Depois de observadas as espécies de tributo de que trata o art. 5º do CTN, veremos sobre a espécie de tributo insculpida na CF/88, em seu art. 195, alínea ‘d’, qual seja: contribuição social sobre a receita e o faturamento, pois esta é a espécie de tributo relevante para esta pesquisa.

As contribuições sociais têm destinação certa, sendo recolhida com uma finalidade predeterminada, indicada na lei que a instituiu. Exemplos de contribuições sociais são: COFINS e o PIS.

## **2.3 *Princípios Constitucionais Tributários***

Os princípios constitucionais tributários prevalecem sobre todas as demais normas jurídicas, as quais só têm validade se editadas em rigorosa consonância com eles. Tais princípios, segundo a CF/88, são vistos a seguir.

### **2.3.1 Princípio da Legalidade**

Este princípio determina que os entes tributantes (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) só poderão criar ou aumentar tributo por meio de lei.

Desta forma, o art. 5º, inciso II da CF/88, determina que: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, e no art. 150, inciso I, diz que não se pode “exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça”.

Sendo assim, o princípio da legalidade pode ser entendido como uma exigência legal, impondo ao contribuinte um novo tributo ou a majoração de alíquota ou base de cálculo por meio de lei ordinária, emanada da pessoa jurídica de Direito Público competente.

Observam-se exceções ao princípio da legalidade, ou seja, alguns tributos como IPI, Imposto de Importação, Imposto de Exportação e IOF podem ser

majorados através de Decreto do Poder Executivo, nos termos do §1º do art. 153 da CF/88.

### 2.3.2 Princípio da Anterioridade

Neste princípio, os entes tributantes não podem cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei.

Esta determinação está prevista no art. 150, inciso III, alínea 'b' da CF/88, senão vejamos:

Art.150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios:

(...)

III – cobrar tributos:

(...)

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

(...)

A expressão “exercício financeiro” deve ser assimilada como “ano fiscal” que, no Brasil, coincidentemente, representa o ano civil correspondente entre 01 de janeiro e 31 de dezembro.

Conforme Sabbag (2003, p.25), a verdadeira lógica do Princípio da Anterioridade é o de “preservar a Segurança Jurídica, postulado doutrinário que irradia efeitos a todos os ramos do Direito, vindo a calhar em nossa Disciplina, quando o assunto é anterioridade tributária”.

De acordo com o que determina o §1º do art. 150 da CF/88, este princípio não se aplica ao II, IE, IPI e ao IOF.

Também não se aplica ao empréstimo compulsório instituído para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade, de guerra externa ou sua iminência, e também as contribuições sociais, pois estas estão submetidas à regra prevista no § 6º do art. 195 da CF/88.

### **2.3.3 Princípio da Irretroatividade**

A lei tributária não pode retroagir, isto é, não pode ser aplicada em relação a fatos geradores ocorridos antes do início de sua vigência, conforme o art.150, inciso III, alínea “a”, da CF/88.

A Irretroatividade tributária também é espécie do princípio geral da Irretroatividade da lei, expresso no inciso XXXVI do art. 5º da CF/88, onde diz que “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”.

Desta forma, podemos observar que a lei nunca retroage, ou seja, seus efeitos só têm validade a partir da sua vigência, não estabelecendo nenhuma conexão com qualquer fato já ocorrido.

### **2.3.4 Princípio da Igualdade ou Isonomia Tributária**

Este princípio constitucional garante a todo cidadão igualdade de tratamento, de forma que sejam respeitadas as particularidades expressas na CF/88 e que tratam das isenções e incentivos fiscais.

Isto está estabelecido no art. 150, inciso II da CF/88, onde podemos observar que “a lei não poderá instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função exercida”.

Desta feita, este princípio traz muita segurança, pois o contribuinte sabe que será tratado de maneira igual aos outros contribuintes, sem nenhuma distinção.



### **2.3.5 Princípio da Capacidade Contributiva**

Este princípio é considerado subjetivo quando se refere à condição pessoal do contribuinte (capacidade econômica real); e objetivo quando levam em conta manifestações objetivas de riqueza do contribuinte (bens imóveis, títulos etc. – signos presuntivos de capacidade tributária ou riqueza).

Este princípio está previsto no art. 145, § 1º da CF/88, pois determina que “sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte”.

Ou seja, este princípio determina que, todo imposto, para ser instituído, deverá ser levada em consideração a capacidade econômica de cada contribuinte.

## **2.4 Planejamento Tributário**

Para a correta execução das tarefas inerentes ao planejamento tributário, o contador precisa aplicar todos os seus conhecimentos sobre a legislação do tributo a ser reduzido, para que a partir disso, possa planejar com bastante antecedência a melhor alternativa para a empresa executar suas operações comerciais.

### **2.4.1 Conceito de Planejamento Tributário**

Segundo Latorraca (2000, p.63), denomina-se planejamento tributário “a atividade empresarial que, desenvolvendo-se de forma estritamente preventiva, projeta os atos e fatos administrativos com o objetivo de informar quais os ônus tributários em cada uma das opções legais disponíveis”.

De acordo com Pêgas (2003, p.339) o planejamento tributário pode ser definido, de forma simplificada, como:

a utilização de alternativa mais vantajosa econômica e financeiramente, amparada na legislação vigente, em comparação com alternativa que represente mais desembolso de tributos para o contribuinte. Assim, são exemplos de planejamento tributário”:

- Escolha adequada da forma de tributação, entre o lucro real ou lucro presumido;
- Verificação da possibilidade de utilização do sistema de tributação pelo SIMPLES, enquadrando a empresa como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- Utilização adequada de incentivos fiscais para cinema, cultura, programa de alimentação ao trabalhador, Fundo da Criança, dentre outros;
- Reorganização societária, efetuada com objetivo de reduzir os gastos com tributos dentro de grupos econômicos.

Estas não são as únicas maneira de redução da carga tributária de forma correta, existem inúmeras outras possibilidades, apenas considerando-se a legislação vigente.

Depois de analisados os conceitos acerca do planejamento tributário, faremos a seguir uma explanação sobre sua importância.

## **2.4.2 Importância do Planejamento Tributário**

Pode-se afirmar que os tributos (impostos, taxas e contribuições) representam importante parcela dos custos das empresas, senão a maior. Com a globalização da economia, tornou-se questão de sobrevivência empresarial a correta administração do ônus tributário.

A essência do planejamento tributário está no caráter preventivo dos empreendedores que adotam medidas e buscam meios legais de eliminarem, diminuir ou atrasarem a incidência dos encargos tributários na organização.

Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), a carga tributária (somatório dos tributos federais, estaduais e municipais arrecadados) em

relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro semestre de 2004 atingiu 38,11% contra 36,91% no primeiro semestre de 2003, tendo um aumento de 1,2 pontos percentuais.

Assim, fazer um correto planejamento tributário empresarial é uma necessidade de sobrevivência no mercado, e deve ser considerado como ponto estratégico dentro da empresa, assim como o planejamento de vendas, de marketing entre outros.

### **2.4.3 Finalidade do Planejamento Tributário**

O planejamento tributário, quando bem empreendido pelos contadores, tributaristas, entre outros, alcançam as seguintes finalidades:

- evitar a incidência do tributo, nesse caso adota-se procedimentos com o fim de evitar a ocorrência do fato gerador;
- reduzir o montante do tributo, as providências serão no sentido de reduzir a base de cálculo ou alíquota do tributo;
- retardar o pagamento do tributo, o contribuinte adota medidas que têm por fim postergar o pagamento do tributo, sem ocorrência da multa.

Desta forma, observa-se que a principal finalidade de um planejamento tributário é a economia de impostos, contudo, sem infringir a legislação, pois, ocorrendo esta ilegalidade, torna-se evasão fiscal, que não se confunde com elisão fiscal, sendo que a o significado destes veremos a seguir.

## **2.5 Elisão e Evasão Fiscal**

Para se produzir um planejamento tributário torna-se necessário saber distinguir com bastante propriedade os significados da evasão fiscal e da elisão fiscal.

### **2.5.1 Elisão Fiscal**

A elisão consiste na economia lícita de tributos, deixando-se de fazer determinadas operações ou realizando-as de forma menos onerosa possível para o contribuinte. Trata-se de ação perfeitamente lícita, de planejamento tributário ou economia fiscal. Nesse sentido ambos os termos podem ser tratados como sinônimos.

A elisão fiscal é a forma legal de redução no pagamento de tributos, isto de acordo com Huck (1997, p.27), pois ele destaca que “A elisão, de um lado, tem sua preocupação concentrada no uso de meios legais, ao menos formalmente lícitos”.

A elisão fiscal surge muitas vezes das “brechas” encontradas na legislação e, por isso mesmo, há defensores de que o sistema tributário deveria ser simples, acreditando que, dessa maneira, o legislador estaria protegido da elisão.

Exemplificando esta situação, pode-se citar uma empresa optante pelo lucro presumido e que tenha faturamento relevante a prazo, é viável optar por calcular e recolher os tributos federais pelo regime de caixa uma vez que assim procedendo somente pagaria pela receita efetivamente recebida.

## **2.5.2 Evasão Fiscal**

A evasão consiste na lesão ilícita do fisco, não se pagando o tributo devido, ou pagando-se menos que o devido, de forma deliberada ou por negligência. As formas de evasão fiscal são: a sonegação, a fraude, e o conluio.

De acordo com Huck (1997, p.27), “na evasão atuam os meios ilícitos e fraudulentos”, ou seja, a evasão fiscal tem sua caracterização pela utilização de atos ilegais como meio de diminuir a carga tributária após o nascimento da obrigação tributária.

A evasão causa enormes prejuízos aos negócios, ao governo e por extensão à sociedade como um todo. Trata-se de procedimentos adotados após o fato gerador ocorrido, e nesse campo, por exemplo, destacamos a omissão de registros em livros fiscais próprios, utilização de documentos inidôneos na escrituração contábil e a falta de recolhimento de tributos apurados.

## **2.6 Modalidades de Tributação do PIS e da COFINS nas Empresas**

As pessoas jurídicas com fins lucrativos são obrigadas a recolher as contribuições referentes ao PIS e a COFINS, excetuando-se as empresas optantes pelo SIMPLES, pois estas, unificam a cobrança do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI e contribuições previdenciárias (parte do empregador), em uma única alíquota e documento.

O art. 13 da Lei nº 9.718/98 recebeu nova redação dada pelo art. 46 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passando a dispor que

a pessoa jurídica cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais) ou a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) multiplicado pelo número de

meses de atividade ano-calendário anterior, quando inferior a doze meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no Lucro Presumido.

De acordo com os incisos do artigo 14 da Lei nº 9.718/98, não podem optar pelo lucro presumido as pessoas jurídicas

- I – cuja receita total, no ano-calendário anterior, seja superior ao limite de R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses;
- II – cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de créditos, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e cambio distribuidora de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;
- III – que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;
- IV – que, autorizada pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;
- V – que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 1996;
- VI – que explorem atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring).

Assim, verifica-se que uma empresa inclusa em um dos incisos deste artigo não poderá optar por outra forma de tributação, sendo esta obrigada à tributação com base no lucro real.

### **2.6.1 Lucro Presumido**

Quanto ao lucro presumido, a legislação referente ao PIS e a COFINS não sofreu alteração. As novas regras estabelecidas nas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03 aplicam-se somente as empresas tributadas pelo lucro real.

A sistemática da cumulatividade estabelece que as contribuições são cobradas integralmente a cada vez que se repete o fato gerador da mesma.

Vejamos a seguir a apuração da cumulatividade das contribuições do PIS e da COFINS com base no lucro presumido.

#### **2.6.1.1 Cumulatividade da Contribuição para o PIS**

As Contribuições para o PIS são destinadas à promoção da integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas e à formação do patrimônio do servidor público, nos termos das Leis Complementares nº 7, de 07 de dezembro de 1970, e nº 8, de 03 de dezembro de 1970.

São contribuintes as pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas nos termos da lei pela legislação do IR, inclusive as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

##### **2.6.1.1.1 Base de Cálculo**

De acordo com o art. 3º da Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998, a contribuição para o PIS tem como fato gerador o faturamento mensal, que corresponde à receita bruta, assim entendida a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para essas receitas, observadas as exclusões admitidas nos incisos do § 2º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, quais sejam:

- I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
- II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo curso de aquisição, que tenham sido computados como receita;

III - os valores que, computados como receita, tenha sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo.

IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.

São valores deduzidos do faturamento mensal na apuração da base de cálculo da contribuição para o PIS.

#### **2.6.1.1.2 Alíquota**

Para determinação do valor da contribuição para o PIS aplicar-se-á sobre a base de cálculo apurada a alíquota de 0,65% (sessenta e cinco centésimo por cento).

#### **2.6.1.2 Cumulatividade da COFINS**

A COFINS – antigo Finsocial, foi instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991. Trata-se, na realidade, da COFINS, nos termos do inciso I do art. 195 da CRFB/88, um tributo que incide sobre o valor do faturamento mensal das pessoas jurídicas ou a elas equiparadas.

Os objetivos da Seguridade Social são os de assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

##### **2.6.1.2.1 Base de Cálculo**

De acordo com o art. 3º da Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998, a contribuição para a COFINS tem como fato gerador o faturamento mensal, que corresponde à receita bruta, assim entendida a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida e a



classificação contábil adotada para essas receitas, observadas as exclusões admitidas nos incisos do § 2º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, quais sejam:

- I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;
- II - as reversões de provisões operacionais e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo curso de aquisição, que tenham sido computados como receita;
- III - os valores que, computados como receita, tenha sido transferidos para outra pessoa jurídica, observadas normas regulamentadoras expedidas pelo Poder Executivo.
- IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente.

São valores deduzidos do faturamento mensal na apuração da base de cálculo da contribuição para a COFINS.

#### **2.6.1.2.2 Alíquota**

Para determinação do valor da contribuição para a COFINS aplicar-se-á sobre a base de cálculo apurada a alíquota de 3% (três por cento), a partir de fevereiro de 1999.

#### **2.6.2 Lucro Real**

Quanto ao lucro real, a legislação referente ao PIS e a COFINS sofreram alterações. As novas regras estabelecidas nas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03 alteraram a legislação do PIS e da COFINS, com a finalidade de torná-las não-cumulativas, como regra geral.

A sistemática da não-cumulatividade estabelece que, ao final de cada período (usualmente mensal), o contribuinte é obrigado a proceder à apuração do montante

da contribuição correspondente aos débitos com base no seu faturamento e do montante dos créditos permitidos na legislação vigente, do confronto entre ambos (débitos e créditos), resultará um saldo, caso este saldo resulte em débito cabe ao contribuinte recolher nos prazos e condições que a lei estipular.

Vejamos a seguir a apuração da não-cumulatividade das contribuições do PIS e da COFINS com base no lucro real.

### **2.6.2.1 Não-Cumulatividade da Contribuição para o PIS**

Os arts. 1º a 12 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 (alterada pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003), alteram a legislação do PIS, com a finalidade de torná-lo não-cumulativo, como regra geral. Entretanto permitiu a permanência no sistema anterior, cumulativo, porém com alíquota de 0,65%, a diversos contribuintes e atividades que se enquadrarem nas hipóteses previstas em seu art. 8º, da Lei nº 10.637/02, ou seja:

Art.8º Permanecem sujeitas às normas da legislação da contribuição para o PISPASEP, vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos art. 1º a 6º:

I - As pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998 (parágrafos introduzidos pela Medida Provisória nº 2.158, de 24 de agosto de 2001) e Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;

II - As pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado;

III - As pessoas jurídicas optantes pelo Simples;

IV - As pessoas jurídicas imunes a impostos;

V - Os órgãos públicos, as autarquias e fundações públicas federais, estaduais e municipais, e as fundações cuja criação tenha sido autorizada por lei, referidas no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988;

VI - (...)

VII - As receitas decorrentes das operações:

a) referidas no inciso IV do § 3º do art. 1º;

b) sujeitas à substituição tributária da contribuição para o PIS/Pasep;

c) referidas no art. 5º da Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998 (compra e venda de veículos automotores usados);

VIII - As receitas decorrentes de prestação de serviços de telecomunicações;

IX - (...)

X – As sociedades cooperativas; (incluído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003).

XI – As receitas decorrentes de prestações de serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. (incluído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003).

A sistemática não-cumulativa passou a produzir efeitos a partir de 01 de dezembro de 2002.

#### **2.6.2.1.1 Fato Gerador**

O art. 1º da Lei nº 10.637/02 define que o fato gerador desse tributo “é o faturamento, entendido como tal, a soma da receita bruta de vendas e serviços, nas operações de conta própria ou alheia, e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente da sua denominação ou classificação contábil”.

Dessa maneira, o fato gerador denomina-se da concretização da hipótese tributária prevista na lei, que gera a obrigação tributária.

#### **2.6.2.1.2 Base de Cálculo**

De acordo com o art. 1º, § 3º da Lei nº 10.637/02, não integram a base de cálculo as seguintes receitas:

- I - decorrentes de saídas isentas da contribuição ou sujeitas à alíquota zero; (...)
- III - auferidas pela pessoa jurídica revendedora, na revenda de mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora, na condição de substituta tributária;
- IV – de venda de álcool para fins carburantes; (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004)
- V - referentes a:
  - a) vendas canceladas e aos descontos incondicionais concedidos;
  - b) reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita.
- VI – não operacionais, decorrentes da venda de ativo imobilizado.

Sendo assim, a base de cálculo da contribuição é a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica exceto às citadas no art. 1º, § 3º da Lei nº 10.637/02.

#### **2.6.2.1.3 Alíquota**

A partir de 01.12.2002, como regra geral, a alíquota é de 1,65%. Para as pessoas jurídicas que se enquadrarem nas disposições do art. 8º lei nº 10.637/02, a alíquota é de 0,65%. Existem ainda dezenas de alíquotas especiais previstas em leis específicas e para substituição tributária do PIS.

#### **2.6.2.1.4 Dedução do PIS**

Do valor apurado, a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados, conforme determina os incisos do art. 3º da Lei nº 10.637/02

- I - bens adquiridos para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos referidos nos incisos III e IV do § 3º do art. 1º desta Lei, no § 1º do art. 2º desta Lei;
- II – bens e serviços utilizados como insumo na fabricação de produtos destinados à venda ou na prestação de serviços, inclusive combustíveis e lubrificantes;
- III – (...)
- IV – aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos à pessoa jurídica, utilizados nas atividades da empresa;
- V - valor das contraprestações de operações de arrendamento mercantil de pessoa jurídica, exceto de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES;
- VI - máquinas e equipamentos adquiridos para utilização na fabricação de produtos destinados à venda, bem como a outros bens incorporados ao ativo imobilizado;
- VII - edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros, quando o custo, inclusive de mão-de-obra, tenha sido suportado pela locatária;
- VIII - bens recebidos em devolução, cuja receita de venda tenha integrado faturamento do mês ou de mês anterior, e tributada conforme o disposto nesta Lei.
- IX - energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica.

O crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota de 1,65% sobre o valor, tudo conforme prevê os incisos do § 1º, art. 3º da Lei nº 10.637/02

- I - dos itens mencionados nos incisos I e II, adquiridos no mês;

- II - dos itens mencionados nos incisos IV, V e IX, incorridos no mês;
- III - dos encargos de depreciação e amortização dos bens mencionados nos incisos VI e VII, incorridos no mês;
- IV - dos bens mencionados no inciso VIII, devolvidos no mês.

Portanto, é necessário lançar mão de todas as possibilidades admitidas na legislação para obter a minimização da carga tributária.

#### **2.6.2.1.5 Não Incidência**

O art. 5º da Lei nº 10.637/02, em seus incisos, dispõe que a contribuição do PIS não incidirá sobre as receitas decorrentes das seguintes operações

- I - exportação de mercadorias para o exterior;
  - II - prestação de serviços para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas;
  - III - vendas a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação.
- § 1º Na hipótese deste artigo, a pessoa jurídica vendedora poderá utilizar o crédito apurado na forma do art. 3º para fins de:
- I – dedução do valor da contribuição a recolher, decorrente de demais operações no mercado interno;
  - II – compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, observada a legislação específica aplicável à matéria.
- § 2º A pessoa jurídica que, até o final de cada trimestre do ano civil, não conseguir utilizar por qualquer das formas previstas no § 1º, poderá solicitar o seu ressarcimento em dinheiro, observada a legislação específica aplicável à matéria.

O direito do crédito aplica-se exclusivamente em relação a bens e serviços nacionais. O crédito não aproveitado em determinado mês poderá sê-lo nos meses subsequentes.

#### **2.6.2.1.6 Estoque de Abertura**

De acordo com o artigo 11 da Lei nº 10.637/02, “a pessoa jurídica contribuinte do PIS não-cumulativo terá direito a desconto (crédito presumido) correspondente ao

estoque de abertura dos bens que forem adquiridos de pessoa jurídica domiciliada no país, existentes em 01.12.2002”.

O montante de crédito presumido será igual ao resultado da aplicação do percentual de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) sobre o valor do estoque. Este crédito pode ser utilizado em 12 (doze) parcelas iguais, a partir de dezembro/02.

No caso de a pessoa jurídica que, tributada com base no lucro presumido, passar a adotar o regime de tributação com base no lucro real, terá, na hipótese de, sujeitar-se à incidência não-cumulativa da contribuição para o PIS, direito a desconto correspondente ao estoque de abertura dos bens e ao aproveitamento do crédito presumido.

Nesse estoque de abertura do sistema não-cumulativo do PIS, devem ser arrolados os insumos (matéria-prima, materiais secundários e embalagens), os produtos acabados e semi-elaborados e as mercadorias para revenda.

Entretanto, não devem ser considerados entre os bens supracitados os importados e os sujeitos à substituição tributária ou tributação monofásica. Também não geram créditos os que forem adquiridos de pessoas físicas.

#### **2.6.2.1.7 Do Pagamento**

De acordo com o artigo 10 da Lei nº 10.637/02 “a contribuição para o PIS deverá ser paga até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador”.

### 2.6.2.2 Não-Cumulatividade da Contribuição para a COFINS

Os arts. 1º a 16 da Lei nº 10.833/03 alteram a legislação da COFINS, com a finalidade de torná-la não-cumulativa, como regra geral. Entretanto, permitiu a permanência no sistema anterior, cumulativa, porém com alíquota de 3%, a diversos contribuintes e atividades que se enquadrarem nas hipóteses previstas em seu art. 10, da Lei nº 10.833/03, ou seja:

Art. 10 Permanecem sujeitas às normas da legislação da COFINS, vigentes anteriormente a esta lei, não se lhes aplicando as disposições dos art. 1º a 8º:

I - As pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º, 8º e 9º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998 (parágrafos introduzidos pela Medida Provisória nº 2.158, de 24 de agosto de 2001) e Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983;

II - as pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado;

III - as pessoas jurídicas optantes pelo Simples;

IV - as pessoas jurídicas imunes a impostos;

V - os órgãos públicos, as autarquias e fundações públicas federais, estaduais e municipais, e as fundações cuja criação tenha sido autorizada por lei, referidas no art. 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988;

VI - sociedades cooperativas, exceto as de produção agropecuária, sem prejuízo das deduções de que tratam o art. 15 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e o art. 17 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, não lhes aplicando as disposições do § 7º da art. 3º das Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e as de consumo; (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004)

VII - as receitas decorrentes das operações:

a) referidas no inciso IV do § 3º do art. 1º;

b) sujeitas à substituição tributária da contribuição para o PIS/Pasep;

c) referidas no art. 5º da Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998 (compra e venda de veículos automotores usados);

(...)

A sistemática da não-cumulatividade passou a produzir efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2004.

#### 2.6.2.2.1 Fato Gerador

O art. 1º da Lei nº 10.833/03 define que “o fato gerador desse tributo é o faturamento, entendido como tal, a soma da receita bruta de vendas e serviços, nas



operações de conta própria ou alheia, e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente da sua denominação ou classificação contábil”.

Ao analisar o conceito, pode-se perceber a existência da obrigação que nasce da ocorrência do fato gerador, obrigação principal, que é sempre de natureza pecuniária, isto é, compensação financeira com o pagamento do tributo.

#### **2.6.2.2.2 Base de Cálculo**

De acordo com o § 3º do art. 1º da Lei nº 10.833/03, não integram a base de cálculo as receitas:

- I - isentas ou não alcançadas pela incidência da contribuição ou sujeitas à alíquota zero;
- II - não-operacionais, decorrentes da venda de ativo permanente;
- III - auferidas pela pessoa jurídica revendedora, na revenda de mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora, na condição de substituta tributária;
- IV – da venda de álcool para fins carburantes; (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004)
- V - referentes a:
  - a) vendas canceladas e aos descontos incondicionais concedidos;
  - b) reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição que tenham sido computados como receita.

Sendo assim, a base de cálculo da contribuição é a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica exceto as citadas no art. 1º, § 3º da Lei nº 10.833/03.

#### **2.6.2.2.3 Alíquota**

A partir de 01.02.2004, como regra geral a alíquota é de 7,6%. Para as pessoas jurídicas que se enquadrarem nas disposições do art. 10 da Lei nº 10.833/03, a alíquota é de 3%. Existem ainda outras alíquotas especiais previstas em leis específicas e para substituição tributária da COFINS.



#### 2.6.2.2.4 Dedução da COFINS

Do valor apurado, a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados, conforme determina os incisos do art. 3º da Lei nº 10.833/03

- I - bens adquiridos para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos referidos:
  - a) nos incisos III e IV do § 3º do art. 1º desta Lei; e
  - b) no § 1º do art. 2º desta Lei;
- II - bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes, exceto em relação ao pagamento de que trata o art. 2º da Lei no 10.485, de 3 de julho de 2002, devido pelo fabricante ou importador, ao concessionário, pela intermediação ou entrega dos veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04 da TIPI;
- III - energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica;
- IV - aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos à pessoa jurídica, utilizados nas atividades da empresa;
- V - valor das contraprestações de operações de arrendamento mercantil de pessoa jurídica, exceto de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES;
- VI - máquinas, equipamentos e outros bens incorporado ao ativo imobilizado adquiridos para utilização na produção de bens destinados à venda, ou na prestação de serviços;
- VII - edificações e benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros, utilizados nas atividades da empresa;
- VIII - bens recebidos em devolução cuja receita de venda tenha integrado faturamento do mês ou de mês anterior, e tributada conforme o disposto nesta Lei;
- IX - armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, nos casos dos incisos I e II, quando o ônus for suportado pelo vendedor.

O crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota de 7,6% sobre o valor, tudo conforme prevê os incisos do § 1º, art. 3º da Lei nº 10.833/03

- I - dos itens mencionados nos incisos I e II, adquiridos no mês;
- II - dos itens mencionados nos incisos III a V e IX, incorridos no mês;
- III - dos encargos de depreciação e amortização dos bens mencionados nos incisos VI e VII, incorridos no mês;
- IV - dos bens mencionados no inciso VIII, devolvidos no mês.

Portanto, é necessário lançar mão de todas as possibilidades admitidas na legislação para obter a minimização da carga tributária. O crédito não aproveitado em determinado mês poderá sê-lo nos meses subsequentes.

#### **2.6.2.2.5 Não Incidência**

O art. 6º da Lei nº 10.833/03 dispõe que a contribuição da COFINS não incidirá sobre as seguintes receitas

- I - exportação de mercadorias para o exterior;
- II - prestação de serviços para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas;
- III - vendas a empresa comercial exportadora com o fim específico de exportação.

O direito do crédito aplica-se exclusivamente em relação a bens e serviços nacionais.

#### **2.6.2.2.6 Estoque de Abertura**

De acordo com o art. 12 da Lei nº 10.833/03, “a pessoa jurídica contribuinte da COFINS não-cumulativa terá direito a desconto (crédito presumido) correspondente ao estoque de abertura dos bens que forem adquiridos de pessoa jurídica domiciliada no país, existentes em 01.01.2004”.

O montante de crédito presumido será igual ao resultado da aplicação do percentual de 3% (três por cento) sobre o valor do estoque. Este crédito pode ser utilizado em 12 (doze) parcelas iguais, a partir de janeiro/04.

No caso de a pessoa jurídica que, tributada com base no lucro presumido ou optante do SIMPLES, passar a ser tributada com base no lucro real, na hipótese de sujeitar-se à incidência não-cumulativa da COFINS, terá direito ao aproveitamento do crédito presumido na forma prevista no artigo 12 da lei nº 10.833/03, calculado sobre o estoque de abertura, devidamente comprovado, na data da mudança do regime de tributação adotado para fins do IR.

Nesse estoque de abertura do sistema não-cumulativo da COFINS, devem ser arrolados os insumos (matéria-prima, materiais secundários e embalagens), os produtos acabados e semi-elaborados e as mercadorias para revenda.

Entretanto, não devem ser considerados entre os bens supracitados os importados e os sujeitos à substituição tributária ou tributação monofásica. Também não geram créditos os que forem adquiridos de pessoas físicas.

#### **2.6.2.2.7 Do Pagamento**

De acordo com o artigo 11 da Lei nº 10.833/03 “a contribuição da COFINS deverá ser paga até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador”.

São muitas as possibilidades de permanecer no sistema antigo, mantendo na prática um sistema misto. Parte dos contribuintes são obrigados a aderir ao novo sistema e parte pode permanecer no sistema anterior, ferindo, dessa forma, o princípio da isonomia tributária (art. 150, III da CF), permitindo que as pessoas jurídicas em situações equivalentes tenham tratamento tributário diferenciado.

### **2.7 *DACON - Demonstração da Apuração das Contribuições***

De acordo com a Instrução Normativa SRF nº 387, de 20 de janeiro de 2004, a Receita Federal instituiu o DACON, referente à apuração da Contribuição para o PIS não-cumulativo e da COFINS não-cumulativa.

Deverá ser entregue pelas pessoas jurídicas optantes pelo lucro real, obrigadas à apuração do PIS e da COFINS não-cumulativos e ser apresentado pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica, até o último dia útil do mês subsequente

ao término do trimestre–calendário de referência, por intermédio de aplicativo a ser disponibilizado pela SRF na Internet.

O sujeito passivo deverá manter controle de todas as operações que influenciam a apuração do valor devido das contribuições (PIS e COFINS não-cumulativos) e dos respectivos créditos a serem descontados, deduzidos, compensados ou ressarcidos, conforme visto anteriormente.

Na seção seguinte apresenta-se um exemplo prático onde se compara a aplicação das duas modalidades de tributação para a apuração do PIS e da COFINS.

### **3 Exemplo Prático**

Nesta seção, apresenta-se um exemplo de uma empresa que dominaremos de XYZ, objeto deste estudo e, em seguida, são apresentados os cálculos do PIS e da COFINS, tributados pelo lucro presumido e pelo lucro real.

Após o cálculo do PIS e da COFINS devidos, durante os três primeiros trimestres do ano-calendário de 2004, é feita uma análise comparativa entre as duas modalidades de tributação propostas e, ao final desta seção, são apresentadas recomendações para um eficiente planejamento tributário.

#### **3.1 Empresa em Estudo**

Para as empresas que podem optar entre as modalidades de tributação pelo lucro presumido ou pelo lucro real, a escolha da melhor opção pode significar uma economia considerável no pagamento dos tributos. É com base nessa escolha que são calculados o IRPJ, a CSLL, a COFINS e a Contribuição para o PIS.

Como pode se observar, não há como tratar do planejamento tributário do PIS e da COFINS sem levar em consideração seus efeitos sobre os demais tributos que utilizam como base de cálculo referencial o faturamento ou o lucro líquido obtido pela empresa.

Tendo em vista que o presente estudo se baseia na escolha da melhor opção entre o lucro presumido e o lucro real com relação à apuração do PIS e da COFINS, não se leva em consideração a apuração do IRPJ e da CSLL.

De acordo com o § 1º do art. 13 da Lei nº 9.718/98, a empresa que optar pelo lucro presumido, deverá fazê-lo no início do ano de acordo com a receita bruta total

do ano-calendário anterior, sendo negada a possibilidade de mudar a opção de lucro presumido para lucro real, no curso do ano-calendário. Por isso, é tão importante um planejamento tributário que permita prever qual a melhor opção.

No ano-calendário de 2004, a empresa XYZ optou pela modalidade de tributação com base no lucro presumido, pois a mesma não preenchia os requisitos para enquadramento no SIMPLES.

A empresa XYZ tem por objetivo social a revenda de artigos e acessórios para veículos automotores. Localizada em São José/SC, iniciou suas atividades em 01 de agosto de 1999.

Possui dois setores: o primeiro é o setor administrativo, composto por 8 empregados, que são responsáveis pelo controle do estoque da empresa, cobrança de clientes e pagamentos a fornecedores, o segundo é o setor de vendas, composto por 10 empregados, que visam atender as necessidades das empresas, concessionárias, entre outros.

Foi realizado um levantamento mensal do faturamento da empresa XYZ, sendo que o faturamento até setembro de 2004 atingiu o montante de R\$ 1.921.973,02, distribuídos conforme a tabela abaixo:

<b>Tabela 1 - Receita Bruta Parcial 9 Meses de 2004</b>	
<b>MESES/2004</b>	<b>RECEITA BRUTA R\$</b>
Janeiro	144.611,62
Fevereiro	163.393,60
Março	256.991,79
Abril	239.353,35
Maio	163.311,40
Junho	165.374,90
Julho	206.451,90
Agosto	417.784,50
Setembro	164.699,96
<b>TOTAL</b>	<b>1.921.973,02</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Setor Contábil da Empresa XYZ

Conforme dispõe o artigo 13 da Lei nº 9.718/98, a empresa XYZ fica impossibilitada da tributação pelo SIMPLES, que poderia, neste caso, trazer uma

economia no desembolso de caixa para o pagamento de tributos. O cálculo desta economia não é apresentado, já que foge aos objetivos deste estudo.

No caso da empresa XYZ, há impedimento dessa opção por ter ultrapassado a faixa limite de faturamento imposta pela Lei nº 9.841/99 (R\$ 120.000,00 para microempresas e R\$ 1.200.000,00 para empresas de pequeno porte).

Diante das alterações previstas na legislação com relação à não-cumulatividade do PIS e da COFINS, torna-se necessário à elaboração de um planejamento tributário, para verificar qual a melhor modalidade de tributação, com o intuito de analisar se irá aumentar ou diminuir a nova carga tributária.

### 3.2 *Alíquota e prazo de pagamento*

A seguir, demonstra-se a forma de pagamento, a alíquota e o prazo para recolhimento do PIS e da COFINS, pelas modalidades do lucro real e do lucro presumido.

<b>Tabela 2 - Condições de Tributação do PIS e da COFINS</b>			
<b>Modalidade</b>	<b>Apuração</b>	<b>%</b>	<b>Prazo Pgto</b>
<b>LUCRO REAL</b>			
COFINS	Mensal	7,6	Até dia 15 mês Seguinte
PIS	Mensal	1,65	Até dia 15 mês Seguinte
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>			
COFINS	Mensal	3	Até dia 15 mês Seguinte
PIS	Mensal	0,65	Até dia 15 mês Seguinte

Fonte: Elaborado pela autora com base na legislação vigente

Posto isto, a seguir, faz-se à apuração do PIS e da COFINS com base no lucro presumido, tendo em vista ser esta a modalidade de tributação escolhida pela empresa XYZ no início do ano-calendário de 2004.

### 3.3 Cálculo do PIS e da COFINS pelo Lucro Presumido

A tabela a seguir evidencia o cálculo do PIS e da COFINS no primeiro trimestre de 2004 pelo lucro presumido:

**Tabela 3 - Lucro Presumido (PIS e COFINS) 1º Trimestre de 2004**

RECEITA BRUTA	Jan/04	Fev/04	Mar/04	TOTAL
(+) Total das Vendas	144.611,62	163.393,60	256.991,79	564.997,01
(+) Receitas de Aplic. Financeira				
(+) Receita de Juros Ativos e Descontos Obtidos				
(+) Variação Monetária Ativa				
(+) Variação Cambial Ativa				
(+) Total das Receitas Não-operacionais (Venda do Per.)				
(+) Total de Outras Receitas				
DEDUÇÕES				
(-) Devoluções e Cancelamentos de Vendas	-	-	-	-
(=) Base de Cálculo	144.611,62	163.393,60	256.991,79	564.997,01
(x) 0,65% PIS (Lucro Presumido)	939,98	1.062,06	1.670,45	3.672,48
(x) 3% COFINS (Lucro Presumido)	4.338,35	4.901,81	7.709,75	16.949,91

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme se verifica na tabela acima, é aplicado pela empresa o percentual de 0,65% e 3%, respectivamente, sobre a base de cálculo das contribuições, assim considerada a receita bruta das vendas de mercadorias, para se ter o valor do PIS e da COFINS, no trimestre, encontrando-se o valor a recolher de R\$ 3.672,48 do PIS e R\$ 16.949,91 da COFINS, correspondente a esse período.

A tabela a seguir demonstra o cálculo do PIS e da CFINS no segundo trimestre de 2004:



**Tabela 4 - Lucro Presumido (PIS e COFINS) 2º Trimestre de 2004**

RECEITA BRUTA	Abr/04	Mai/04	Jun/04	TOTAL
(+) Total das Vendas	239.353,35	163.311,40	165.374,90	568.039,65
(+) Receitas de Aplic. Financeira				
(+) Receita de Juros Ativos e Descontos Obtidos				
(+) Variação Monetária Ativa				
(+) Variação Cambial Ativa				
(+) Total das Receitas Não-operacionais (Venda do Per.)				
(+) Total de Outras Receitas				
DEDUÇÕES				
(-) Devoluções e Cancelamentos de Vendas	-	-	-	-
(=) Base de Cálculo	239.353,35	163.311,40	165.374,90	568.039,65
(x) 0,65% PIS (Lucro Presumido)	1.555,80	1.061,52	1.074,94	3.692,26
(x) 3% COFINS (Lucro Presumido)	7.180,60	4.899,34	4.961,25	17.041,19

Fonte: Elaborado pela autora

Podemos observar, que é aplicado o percentual de 0,65% e 3%, respectivamente, sobre a base de cálculo apurada para se ter o valor a recolher de R\$ 3.692,26 do PIS e R\$ 17.041,19 da COFINS, no segundo trimestre.

A tabela a seguir demonstra o cálculo do PIS e da COFINS no terceiro trimestre de 2004:

**Tabela 5 - Lucro Presumido (PIS e COFINS) 3º Trimestre de 2004**

RECEITA BRUTA	Jul/04	Ago/04	Set/04	TOTAL
(+) Total das Vendas	206.451,90	417.784,50	164.699,96	788.936,36
(+) Receitas de Aplic. Financeira				
(+) Receita de Juros Ativos e Descontos Obtidos				
(+) Variação Monetária Ativa				
(+) Variação Cambial Ativa				
(+) Total das Receitas Não-operacionais (Venda do Per.)				
(+) Total de Outras Receitas				
DEDUÇÕES				
(-) Devoluções e Cancelamentos de Vendas	-	-	-	-
(=) Base de Cálculo	206.451,90	417.784,50	164.699,96	788.936,36
(x) 0,65% PIS (Lucro Presumido)	1.341,94	2.715,60	1.070,55	5.128,09
(x) 3% COFINS (Lucro Presumido)	6.193,56	12.533,54	4.941,00	23.668,09

Fonte: Elaborado pela autora

O valor do PIS e da COFINS correspondente ao terceiro trimestre é de R\$ 5.128,09 e R\$ 23.668,09, respectivamente.

Observa-se que a apuração das contribuições do PIS e da COFINS pelo lucro presumido é muito simples, pois através da receita apurada, encontra-se a base de

cálculo, sobre o qual se aplicam as alíquotas, encontrando-se os seguintes valores recolhidos nos três primeiros trimestres, especificados na tabela a seguir:

Tabela 6 - PIS e COFINS a recolher ref. aos três primeiros trim. de 2004				
TRIBUTOS	1o. Trim	2o. Trim	3o. Trim	TOTAL
PIS (Lucro Presumido)	3.672,48	3.692,26	5.128,09	12.492,82
COFINS (Lucro Presumido)	16.949,91	17.041,19	23.668,09	57.659,19
Total a Recolher	20.622,39	20.733,45	28.796,18	70.152,02

Fonte: Elaborado pela autora

Uma vez apurados os valores do PIS e da COFINS com base no lucro presumido, é feita a apuração dos mesmos com base no lucro real, na seguinte subseção, para determinar qual a modalidade de tributação que poderá causar menos impacto nas finanças da Empresa XYZ.

3.4 Cálculo do PIS e da COFINS pelo Lucro Real

A tabela a seguir evidencia o cálculo do PIS e da COFINS no primeiro trimestre de 2004 pelo lucro real:

Tabela 7 - Lucro Real (PIS e COFINS) 1º Trimestre de 2004				
RECEITA BRUTA	Jan/04	Fev/04	Mar/04	TOTAL
(+) Total das Vendas	144.611,62	163.393,60	256.991,79	564.997,01
(+) Receitas de Aplicações Financeiras				
(+) Receitas de Juros Ativos e Descontos Obtidos				
(+) Variação Monetária Ativa				
(+) Variação Cambial Ativa				
(+) Total das Receitas Não-operacionais (Venda de Perm.)				
(+) Total de Outras Receitas				
DEDUÇÕES				
(-) Devoluções e Cancelamentos de Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS CRÉDITOS A DESCONTAR				
(-) Bens adquiridos para revenda	99.779,50	102.883,55	198.861,02	401.524,07
(-) Despesas de Aluguéis de prédios locados de pessoas jurídica	5.340,00	5.340,00	5.340,00	16.020,00
(-) Despesas de Energia Elétrica	1.019,45	1.101,68	936,24	3.057,37
(=) TOTAL DOS CRÉDITOS	106.138,95	109.325,23	205.137,26	420.601,44
(=) BASE DE CÁLCULO	38.472,67	54.068,37	51.854,53	144.395,57
(x) 1,65% PIS (Lucro Real)	634,80	892,13	855,60	2.382,53
(x) 7,6% COFINS (Lucro Real)	4.338,35	4.109,20	3.940,94	12.388,49
(-) 1/12 do PIS calculado sobre o estoque (0,65%)	55,54	55,54	55,54	166,63
(-) 1/12 da COFINS calculada sobre o estoque (3%)	238,28	238,28	238,28	714,83
(=) Total do PIS a recolher	579,25	836,58	800,06	2.215,89
(=) Total da COFINS a recolher	4.338,35	3.870,92	3.702,67	11.911,94

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Setor Contábil da Empresa XYZ

Em janeiro de 2004, o cálculo da COFINS é o mesmo, tanto pelo lucro presumido como pelo lucro real, pois a sistemática da não-cumulatividade para a COFINS, passou a produzir efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2004, ou seja, calcula-se com base no faturamento mensal, aplicando-se o percentual de 3%, encontrando-se o valor a recolher R\$ 4.338,35 e não o percentual de 7,6% aplicado a partir de fevereiro.

O cálculo do PIS, referente o primeiro trimestre de 2004 e o da COFINS, referente fevereiro e março de 2004, pela modalidade de tributação pelo lucro real, foi definido pela aplicação do percentual de 1,65% e 7,6%, respectivamente, sobre o faturamento mensal, encontrando-se o montante de R\$ 9.322,45 para o PIS e R\$ 31.949,29 para a COFINS.

Para o cálculo do PIS, a empresa poderá descontar créditos de R\$ 6.939,92, aplicando-se o percentual de 1,65% sobre R\$ 420.601,44, que representa a soma de R\$ 401.524,07 referente aos bens adquiridos para revenda, R\$ 16.020,00 referente às despesas com aluguéis pagos a pessoa jurídica e R\$ 3.057,37 referente às despesas com energia elétrica.

Já para o cálculo da COFINS, a empresa poderá descontar créditos de R\$ 23.899,15, que corresponde a fevereiro e março de 2004, aplicando-se o percentual de 7,6% sobre R\$ 314.462,49, que representa a soma de R\$ 301.744,57 referente aos bens adquiridos para revenda, R\$ 10.680,00 referente às despesas com aluguéis pagos a pessoa jurídica e R\$ 2.037,92 referente às despesas com energia elétrica.

Além dos já citados, para o cálculo do PIS e da COFINS, a empresa ainda poderá descontar o crédito presumido relativo ao estoque de abertura, aplicando-se o percentual de 0,65% e 3%, respectivamente, sobre o valor do estoque existente

em 01 de janeiro de 2004 para o PIS, e 01 de fevereiro de 2004 para a COFINS, data de início da incidência não-cumulativa, este crédito pode ser utilizado em 12 parcelas iguais.

O valor do estoque existente em 01 de janeiro de 2004 era de R\$ 102.543,56, aplicando-se o percentual de 0,65% sobre o mesmo, tem-se o montante de R\$ 166,53 que será aproveitado em 12 parcelas iguais de R\$ 55,54. Resultando o valor do PIS a recolher de R\$ 2.215,89.

Já o valor do estoque existente em 01 de fevereiro de 2004 era de R\$ 95.310,44, aplicando-se o percentual de 3% sobre o mesmo, tem-se o montante de R\$ 2.859,31, que será aproveitado em 12 parcelas iguais de R\$ 238,28. Resultando o valor da COFINS a recolher de R\$ 11.911,94.

A tabela a seguir demonstra o cálculo do PIS e da COFINS no segundo trimestre de 2004 pelo lucro real:

**Tabela 8 - Lucro Real (PIS e COFINS) 2º Trimestre de 2004**

RECEITA BRUTA	Abr/04	Mai/04	Jun/04	TOTAL
(+) Total das Vendas	239.353,35	163.311,40	165.374,30	568.039,05
(+) Receitas de Aplicações Financeiras				
(+) Receitas de Juros Ativos e Descontos Obtidos				
(+) Variação Monetária Ativa				
(+) Variação Cambial Ativa				
(+) Total das Receitas Não-operacionais (Venda de Perm.)				
(+) Total de Outras Receitas				
<b>DEDUÇÕES</b>				
(-) Devoluções e Cancelamentos de Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DOS CRÉDITOS A DESCONTAR</b>				
(-) Bens adquiridos para revenda	169.029,58	112.105,59	116.087,80	397.222,97
(-) Despesas de Aluguéis de prédios locados de pessoas jurídica	5.340,00	5.340,00	5.340,00	16.020,00
(-) Despesas de Energia Elétrica	1.128,58	992,52	437,28	2.558,38
<b>(=) TOTAL DOS CRÉDITOS</b>	<b>175.498,16</b>	<b>118.438,11</b>	<b>121.865,08</b>	<b>415.801,35</b>
<b>(=) BASE DE CÁLCULO</b>	<b>63.855,19</b>	<b>44.873,29</b>	<b>43.509,22</b>	<b>152.237,70</b>
(x) 1,65% PIS (Lucro Real)	1.053,61	740,41	717,90	2.511,92
(x) 7,6% COFINS (Lucro Real)	4.852,99	3.410,37	3.306,70	11.570,07
(-) 1/12 do PIS calculado sobre o estoque (0,65%)	55,54	55,54	55,54	166,63
(-) 1/12 da COFINS calculada sobre o estoque (3%)	238,28	238,28	238,28	714,83
<b>(=) Total do PIS a recolher</b>	<b>998,07</b>	<b>684,86</b>	<b>662,36</b>	<b>2.345,29</b>
<b>(=) Total da COFINS a recolher</b>	<b>4.614,72</b>	<b>3.172,09</b>	<b>3.068,42</b>	<b>10.855,24</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Setor Contábil da Empresa XYZ

Observa-se que o cálculo do PIS, referente o segundo trimestre de 2004, foi definido aplicando-se o percentual de 1,65% sobre o faturamento mensal, encontrando-se o valor a recolher de R\$ 9.372,64.

A empresa poderá descontar créditos de R\$ 6.860,72, aplicando-se o percentual de 1,65% sobre R\$ 415.801,35 (R\$ 397.222,97 + R\$ 16.020,00 + R\$ 2.558,38), além do crédito presumido de R\$ 166,63. Resultando o valor a recolher do PIS de R\$ 2.345,29 (R\$ 9.372,64 – R\$ 7.027,35).

O cálculo da COFINS, foi definido aplicando-se o percentual de 7,6% sobre o faturamento mensal, encontrando-se o montante de R\$ 43.170,97.

Poderá descontar créditos de R\$ 31.600,90, aplicando-se o percentual de 7,6% sobre R\$ 415.801,35, além do crédito presumido de R\$ 714,83. Resultando o valor a recolher da COFINS de R\$ 10.855,24 (R\$ 43.170,97 – R\$ 32.315,73).

A tabela a seguir demonstra o cálculo do PIS e da COFINS referente o terceiro trimestre de 2004 pelo lucro real:

**Tabela 9 - Lucro Real (PIS e COFINS) 3º Trimestre de 2004**

RECEITA BRUTA	Jul/04	Ago/04	Set/04	TOTAL
(+) Total das Vendas	206.451,90	417.784,50	164.699,96	788.936,36
(+) Receitas de Aplicações Financeiras				
(+) Receitas de Juros Ativos e Descontos Obtidos				
(+) Variação Monetária Ativa				
(+) Variação Cambial Ativa				
(+) Total das Receitas Não-operacionais (Venda de Perm.)				
(+) Total de Outras Receitas				
<b>DEDUÇÕES</b>				
(-) Devoluções e Cancelamentos de Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DOS CRÉDITOS A DESCONTAR</b>				
(-) Bens adquiridos para revenda	127.545,98	265.167,82	93.276,33	485.990,13
(-) Despesas de Aluguéis de prédios locados de pessoas jurídica	5.340,00	5.340,00	5.340,00	16.020,00
(-) Despesas de Energia Elétrica	682,91	776,63	674,35	2.133,89
<b>(=) TOTAL DOS CRÉDITOS</b>	<b>133.568,89</b>	<b>271.284,45</b>	<b>99.290,68</b>	<b>504.144,02</b>
<b>(=) BASE DE CÁLCULO</b>	<b>72.883,01</b>	<b>146.500,05</b>	<b>65.409,28</b>	<b>284.792,34</b>
(x) 1,65% PIS (Lucro Real)	1.202,57	2.417,25	1.079,25	4.699,07
(x) 7,6% COFINS (Lucro Real)	5.539,11	11.134,00	4.971,11	21.644,22
(-) 1/12 do PIS calculado sobre o estoque (0,65%)	55,54	55,54	55,54	166,63
(-) 1/12 da COFINS calculada sobre o estoque (3%)	238,28	238,28	238,28	714,84
<b>(=) Total do PIS a recolher</b>	<b>1.147,03</b>	<b>2.361,71</b>	<b>1.023,71</b>	<b>4.532,44</b>
<b>(=) Total da COFINS a recolher</b>	<b>5.300,83</b>	<b>10.895,72</b>	<b>4.732,83</b>	<b>20.929,38</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Setor Contábil da Empresa XYZ

O cálculo do PIS e da COFINS referente o terceiro trimestre de 2004, foi definido aplicando-se o percentual de 1,65% e 7,6%, respectivamente, sobre o faturamento mensal, encontrando-se o valor a recolher de R\$ 13.017,45 do PIS e R\$ 59.959,16 da COFINS.

Os créditos do PIS de R\$ 8.318,38, foram encontrados aplicando-se o percentual de 1,65% sobre R\$ 504.144,02, além do crédito presumido de R\$ 166,63. Resultando o valor do PIS a recolher de R\$ 4.532,44.

E os créditos da COFINS de R\$ 38.314,95, foram definidos aplicando-se o percentual de 7,6% sobre R\$ 504.144,02, além do crédito presumido de R\$ 714,83. Resultando o valor a recolher da COFINS de R\$ 20.929,38, referente o terceiro trimestre de 2004.

Optando-se pelo lucro real, encontrou-se o seguinte valor do PIS e da COFINS recolhidos nos três primeiros trimestres, detalhados na tabela seguinte:

**Tabela 10 - Lucro Real (PIS e COFINS) 3º Trimestre de 2004**

TRIBUTOS	1o. Trim	2o. Trim	3o. Trim	TOTAL
PIS (Lucro Presumido)	2.215,89	2.345,29	4.532,44	9.093,62
COFINS (Lucro Presumido)	11.911,94	10.855,24	20.929,38	43.696,56
<b>Total a Recolher</b>	<b>14.127,83</b>	<b>13.200,53</b>	<b>25.461,82</b>	<b>52.790,18</b>

**Fonte: Elaborado pela autora**

De acordo com um dos objetivos propostos para realização deste trabalho, em seguida é feita uma análise comparativa dos resultados obtidos do PIS e da COFINS entre as duas modalidades de tributação nos três primeiros trimestre do exercício de 2004.

### **3.5 Lucro Presumido versus Lucro Real**

Para melhor analisar os efeitos das opções possíveis para apuração da tributação do PIS e da COFINS, foram relacionadas às modalidades estudadas com

seus totais e apuradas as diferenças existentes entre os resultados levantados em cada forma de apuração dos tributos.

Na seqüência, são apresentados os valores devidos nos três primeiros trimestre de 2004, do PIS e da COFINS, pela modalidade de lucro real e lucro presumido.

**Tabela 11 - Comparação Lucro Real versus Lucro Presumido - PIS e COFINS**

2004	LUCRO REAL			LUCRO PRESUMIDO		
	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM
COFINS	11.911,94	10.855,24	20.929,38	16.949,91	17.041,19	23.668,09
PIS	2.215,89	2.345,29	4.532,44	3.672,48	3.692,26	5.128,09
Total trimestres	14.127,83	13.200,53	25.461,82	20.622,39	20.733,45	28.796,18
<b>Total</b>	<b>52.790,18</b>			<b>70.152,01</b>		

Fonte: Elaborado pela autora

A título de cálculo do PIS e da COFINS, comparando-se as duas modalidades de tributação, lucro presumido e lucro real, da empresa XYZ, nos três trimestres do exercício de 2004, demonstra-se mais vantajosa à opção pelo lucro real, ocasionando menor impacto nas finanças da empresa, quando do dispêndio com pagamento desses tributos, qual seja, de R\$ 17.361,83.

Pode se evidenciar essa diferença, durante o período apurado, mediante o comparativo apresentado a seguir:

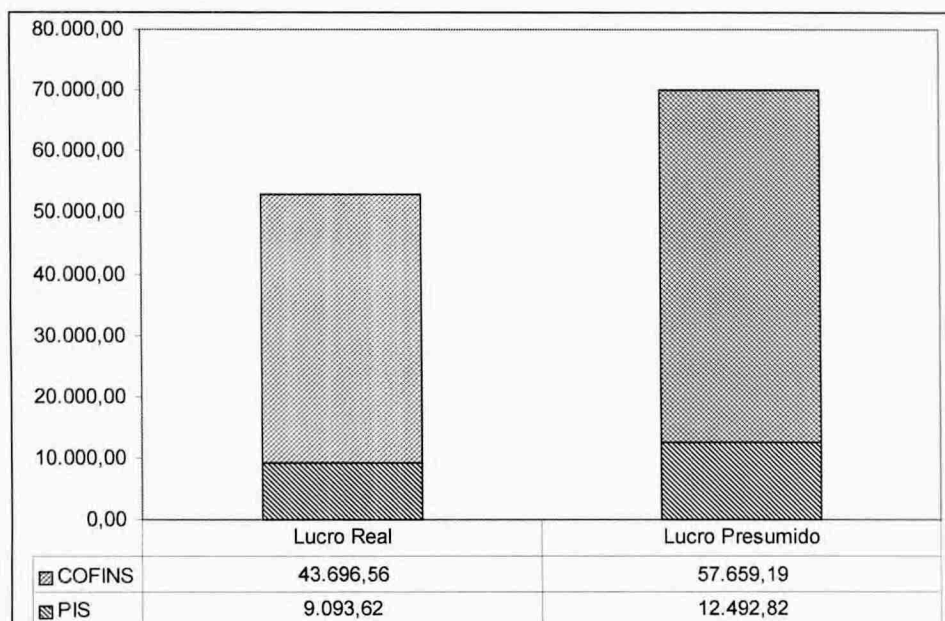
**Tabela 12 - Comparação Lucro Real versus Lucro Presumido - PIS e COFINS**

Descrição	Lucro Real	Lucro Presumido
<b>Receita Bruta</b>	<b>1.921.973,02</b>	<b>1.921.973,02</b>
(-) ICMS	27.283,98	27.283,98
(-) PIS	9.093,62	12.492,82
(-) COFINS	43.696,56	57.659,19
<b>(=) Receita Líquida</b>	<b>1.841.898,86</b>	<b>1.824.537,03</b>
(-) Custo das mercadorias vendidas	1.212.161,25	1.212.161,25
<b>(=) Lucro Bruto</b>	<b>629.737,61</b>	<b>612.375,78</b>
<b>Diferença</b>		<b>17.361,83</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Setor Contábil da Empresa XYZ



Decorrente desse comparativo, o gráfico apresentado na sequência permite a visualização da diferença do PIS e da COFINS a recolher durante o período em questão.



**Figura 1 - Comparativo PIS e COFINS (1o. A 3o. Trim 2004) por Modalidade Tributária**

Fonte: Elaborado pela autora

Como o ciclo operacional da empresa é determinado pelo período que compreende desde a compra até a revenda de mercadorias, pode-se observar que os créditos com relação aos bens adquiridos para revenda representam 95% do total dos créditos aproveitados, e que este foi o fator determinante que verificou a opção pelo lucro real como a mais vantajosa para a empresa XYZ.

Um fator que merece destaque nessa análise é a diferença das alíquotas do PIS e da COFINS entre as duas modalidades de tributação, apresentando uma diferença média de 153,59%, que aliado às inúmeras restrições ao crédito, ocasionou um efetivo aumento na carga tributária para maioria dos contribuintes sujeitos à nova sistemática.

Na sistemática não-cumulativa vigente para o IPI e para o ICMS, todas as operações anteriores são objeto de crédito, de modo que a saída subsequente só é



tributada no que for efetivamente acrescentados ao produto ou mercadoria, já na suposta não-cumulatividade recentemente aplicável ao PIS e a COFINS somente determinadas exceções geram direito ao crédito, sendo que as maiorias das despesas não o fazem.

É importante lembrar, que cada empresa possui características próprias, e que nem sempre o lucro real será a opção mais vantajosa com relação ao cálculo do PIS e da COFINS, sendo assim, e ante sua relevância para a sobrevivência empresarial, sugere-se um planejamento tributário.

### **3.6 *Planejamento Tributário***

O planejamento tributário deve, contudo, ser cercado de algumas considerações, quais sejam:

- Não há um planejamento tributário universal. Para cada caso concreto demanda exame dos detalhes devido à peculiaridade de cada empresa, isto porque, um dada planejamento tributário pode funcionar numa circunstância e não em outra;
- Não há planejamento que deva ser descartado assim como não há o que deva ser acolhido sem antes medidos o seu efeito, o que o pressupõe que a elaboração de cálculos e apuração quantitativa desses efeitos em cada variável apresentada a fim de permitir optar por aquela capaz de exibir melhor resultado;
- Os custos do planejamento tributário devem ser encarados pelo empresário como um investimento que lhe pode trazer consideráveis resultados;
- Qualquer planejamento tributário é viável, desde que observados os aspectos legais na legislação, e não em procedimentos que configurem infração ao ordenamento vigente.

Visto isso, o planejamento tributário realizado em uma empresa, com base na apuração do PIS e da COFINS pretende determinar qual a modalidade de tributação entre o lucro presumido e o lucro real é a mais vantajosa econômica e financeiramente.

Antes diferenciávamos as alíquotas ou a base de cálculo do PIS e da COFINS com base na atividade econômica devida pela empresa, jamais no regime de tributação adotado (lucro real ou lucro presumido), como acontece no cálculo do IRPJ e da CSLL.

Sendo assim, é de fundamental importância observar os créditos admitidos na legislação com relação à apuração do PIS e da COFINS válidos para cada ramo de atividade, pois este é o fator determinante na apuração das contribuições devidas, quanto à escolha de modalidade de tributação mais benéfica.

Por exemplo, as empresas cujos custos principais estão baseados na mão-de-obra, poderiam encontrar solução na constituição de outra empresa na qual essa mão-de-obra poderia ser alocada, prestando-lhe serviços, cujas despesas seriam então admitidas como crédito na apuração do PIS e da COFINS para aquela que se utiliza de tais serviços, desde que enquadrada na não-cumulatividade optando-se pelo lucro real.

Muitas empresas, antes da introdução do PIS e da COFINS não-cumulativos, eram optantes do lucro presumido, pois escolhiam a modalidade de tributação em função dos cálculos que consideravam seu histórico de custos e despesas em relação à sua receita. Com a introdução da não-cumulatividade das contribuições do PIS e da COFINS, esta variável (não-cumulatividade), passou a ser determinante no cálculo da carga tributária global da empresa em cada caso concreto, pois a mesma acabou por gerar benefícios para poucos setores.

Isto porque muitas empresas optaram por permanecer na cumulatividade justamente para pagar o PIS e a COFINS, respectivamente, à alíquota de 0,65% e 3%, desconsiderando que seus custos onerados apropriáveis como crédito dessas contribuições poderiam reduzir o valor do PIS e da COFINS a recolher.

Outro fator importante, é como conciliar a adoção do regime de não-cumulatividade por empresas tributadas pelo lucro presumido, cuja exigência de contabilização, para efeitos tributários, está dispensada, não podendo assim, comprovar custos e despesas e, conseqüentemente, créditos a serem descontados dos débitos.

Mesmo aquelas empresas tributadas pelo lucro real e optantes pela não-cumulatividade têm seus créditos restritos ou vedados a algumas rubricas, que compõem seus custos industriais, comerciais ou da prestação de serviço, segundo cada caso estabelecido na legislação.

O PIS e a COFINS não são, obviamente, os únicos tributos merecedores de planejamento tributário. Mas, atualmente, o conjunto dessas duas contribuições consome 9,25% do faturamento bruto de algumas empresas, percentual muitas vezes maior que o próprio lucro. (Leis nº 10.637/02 e 10.833/03 da não-cumulatividade das contribuições do PIS e da COFINS)

## 4 CONCLUSÕES

O estudo apresentado demonstra que uma empresa deve realizar planejamento tributário para escolher a modalidade de tributação que provoque menor impacto nas suas finanças.

No desenvolvimento deste trabalho, procurou-se, então, verificar qual a melhor modalidade de tributação, entre o lucro presumido e o lucro real, com relação à apuração do PIS e da COFINS de acordo com as Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, em uma empresa comercial, exemplificado mediante o comparativo elaborado a partir dos dados contábeis da empresa XYZ.

Tendo em vista que muitas empresas não se enquadram no sistema do SIMPLES para pagamento dos tributos federais, podem optar pelo pagamento do PIS e da COFINS, além do IRPJ e da CSLL, com base no lucro real ou no lucro presumido.

Para tanto, é necessário que se tenha o mínimo de organização, que permita fazer a previsão de suas receitas e despesas no decorrer do ano-calendário, os aspectos legais devem ser rigorosamente observados, tendo-se em mente que o benefício com a redução dos tributos a serem pagos será encontrado na própria legislação, e não em procedimentos que configurem infração ao ordenamento vigente, além do conhecimento do negócio da empresa.

No caso analisado da empresa XYZ, o custo do planejamento tributário, no que diz respeito às contribuições do PIS e da COFINS, é, sem dúvida, menor do que o benefício alcançado com a redução da carga tributária.

Como pode ser observada nas demonstrações e apurações dos tributos, a incidência tributária pelo lucro real corresponderia à melhor opção, no ano-calendário examinado, para a empresa no aspecto tributário.

Confirma-se que as decisões tomadas sem um estudo profundo da situação, e dos reflexos delas decorrentes, podem onerar as empresas com desembolso desnecessário, especialmente, no que se refere aos tributos.

No caso da empresa XYZ, a finalidade principal do planejamento tributário resulta na economia das contribuições do PIS e da COFINS com base na modalidade de tributação pelo lucro real. Para alcançar êxito nessa atividade foram observadas todas as situações em que é possível o crédito tributário nas chamadas contribuições não-cumulativas do PIS e da COFINS.

No que diz respeito aos objetivos alcançados durante o desenvolver desta pesquisa, pode se constatar que:

No final da seção 3, foram apresentadas considerações relevantes para um eficiente planejamento tributário para as empresas brasileiras, com relação à apuração do PIS e da COFINS.

Na seção 2, caracterizaram-se as modalidades de tributação do PIS e da COFINS das empresas no Brasil, com base no lucro real e no lucro presumido.

Através do exemplo prático, analisou-se, comparativamente, a tributação da empresa, no que se refere ao PIS e a COFINS através das modalidades: lucro presumido e lucro real.

Por fim, acredita-se que este trabalho atingiu os objetivos propostos, podendo ser útil para futuros trabalhos que venham a ser desenvolvidos na área tributária.

Pesquisas semelhantes podem ser realizadas a partir deste trabalho, efetuando-se uma análise tributária em outros ramos de atividades, como prestação

de serviço, ou no mesmo ramo de atividade, com a mesma proposta para verificar comparativamente a ocorrência da situação encontrada no presente estudo.

## REFERÊNCIAS

BAE, Zinia, 19/10/2004. Mudanças afetam os negócios e aumentam os gastos. In: **Valor Econômico**. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br>. Acesso em 22 de outubro de 2004.

BRASIL. Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. **Altera a Legislação Tributária**. Brasília: Congresso Nacional, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.172 de 25 de out. de 1966. **Código Tributário Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Brasília: Assembléia Constituinte, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.637 de 30 de dez. de 2002. **Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional, 2002.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.833 de 29 de dez. de 2003. **Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional, 2002.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 7, de 07 de julho de 1970. **Institui o Programa de Integração Social**. Brasília: Congresso Nacional, 1970.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 8, de 03 de dezembro de 1970. **Institui o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional, 1970.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991. **Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências**. Brasília: Congresso Nacional, 1991.

\_\_\_\_\_. **Regulamento do Imposto de Renda**. (RIR/99). Brasília: Congresso Nacional, 2002.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. **Técnicas de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Papiros, 1989.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAM, Pedro Alcino. **Metodologia científica**: para uso dos estudantes universitários. 3º ed. São Paulo: McGraw-Will do Brasil, 1983.

CÉZARI, Marcos. Carga fiscal subirá, diz tributarista. In: **Folha de São Paulo**. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br>. Acesso em 25 de setembro de 2004.

COLAUTO Romualdo Douglas; BEUREN, Ilse Maria. Coleta, análise e interpretação dos dados. In: LONGARAY et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

FABRETTI, Lúcio Camargo. **Contabilidade tributária**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Tributária**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade Tributária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FAVERO, Hamilton Luiz et al. **Contabilidade teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1997.

FUHERE, Maximilianus Cláudio Américo; FUHERE, Maximilianus Roberto Ernesto. **Resumo de Direito Tributário**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GRECHI, Ricardo Zaffari. Desafios e Oportunidades. In: **Diário de Comércio**. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br>. Acesso em 25 de setembro de 2004.

HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Celso Hiroyuki. **Imposto de renda das empresas**: interpretação e prática. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

HUCK, Hermes Marcelo. **Evasão e Elisão Rotas Nacionais e Internacionais do Planejamento Tributário**. São Paulo: Saraiva, 1997.

IBRACON, 27/05/2004. **Empresas são prejudicadas pela complexidade das leis**. In: Ibracon. Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br>. Acesso em 25 de setembro de 2004.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 20. ed.atual. Petrópolis, Vozes, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

LATORRACA, Nilton. **Direito Tributário**: Imposto de Renda das Empresas. Atualizado até 31/12/99 por Rutnéia Navarro Guerreiro e Sérgio Murilo Zalona Latorraca. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINEZ, Manuel Perez. **O Contador diante do Planejamento Tributário e da Lei Antielisiva**. Disponível em: <http://www.ibpt.com.br>. Acesso em 22 de outubro de 2004.

MELO, José Eduardo Soares de; LIPPO, Luiz Francesco. **A Não Cumulatividade Tributária** (ICMS, IPI, ISS, PIS e COFINS). 2. ed. São Paulo: Dialética, 2004.



PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de contabilidade tributária**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2003.

POLISSEMI, Katja. Pela Sobrevivência das Micro e Pequenas Empresas. In: **Razão Contábil**. ano 1 n. 5. Set. de 2004, p. 42. São Paulo: Segmento, 2004.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: LONGARAY et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Direito Tributário**. 3. ed. São Paulo: Siciliano Jurídico, 2003.

SANTOS, Gilma. Como Reduzir a Carga Tributária. In: **Razão Contábil**. ano 1 n. 4. ago. de 2004, p.42. São Paulo: Segmento, 2004.